



REVIEW “INFOCRACIA: DIGITALIZAÇÃO E A CRISE DA DEMOCRACIA” DE BYUNG-CHUL HAN

Palavras-chave: Infocracia; Democracia; Inteligência Artificial; Tecnologia; Regime Disciplinar.

INTRODUÇÃO

Byung-Chul Han, filósofo sul-coreano, conhecido por trazer reflexões sobre a sociedade atual, em sua obra “Infocracia: Digitalização e a crise da democracia” (2022), examina como as tecnologias podem provocar uma ruptura na democracia, sendo esta a questão central explorada na obra. Han (2022) apresenta uma perspectiva de como a digitalização e o controle de dados resultam em uma nova forma de dominação social, denominada "regime da informação", que supera o regime disciplinar de Michel Foucault. O problema delimitado reside na análise dos impactos desse regime informacional sobre a democracia e a autonomia dos indivíduos.

O autor demonstra ao longo do livro que a revolução digital trouxe consigo não apenas novas tecnologias, mas também uma mudança paradigmática profunda nas estruturas sociais e políticas. Nesse contexto, são abordadas as consequências da digitalização na democracia contemporânea, revelando que o controle de informações e a manipulação de dados moldam o ganho de poder, criando um sistema de governança que desafia a democracia tradicional. Assim, torna-se necessário investigar de que maneira a superabundância de informações e a falsa percepção de transparência total afetam os princípios democráticos.

O estudo sobre a obra se justifica na crescente importância das discussões sobre os efeitos da digitalização no exercício da cidadania e na estrutura das democracias. A obra de Byung-Chul Han (2022) oferece um referencial teórico que permite compreender de maneira crítica as transformações que ocorrem na sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito ao papel da informação como ferramenta de controle e ao impacto desse cenário sobre a autonomia individual.



INFOCRACIA : DIGITALIZAÇÃO E A CRISE DA DEMOCRACIA

No primeiro capítulo de "Infocracia", o autor apresenta o conceito de "regime da informação", vinculado ao capitalismo da informação. Critica o poder exercido por meio dos dados, em contraste com o regime disciplinar de Michel Foucault. A nova dominação é sutil e se baseia na coleta e processamento de grandes número de dados, gerando transparência e exposição constante dos indivíduos, que se tornam vigilantes e vigiados simultaneamente. Nesse contexto, o poder se manifesta pela manipulação de dados, não pelo domínio dos corpos: "soberano é quem dispõe das informações em rede" (HAN, 2022, p. 24). A transparência e liberdade aparentes tornam-se formas de dominação, enquanto a visibilidade e o desejo de aceitação resultam em auto exploração.

Diferente da privação física, o controle na Infocracia é mais eficaz por ser voluntário, nas palavras do autor: "Comunicamo-nos até morrer" (HAN, 2022, p.24). A necessidade de aceitação faz com que os indivíduos colaborem para sua própria dominação, tornando liberdade e transparência ilusões usadas para adquirir poder no capitalismo de dados, promovendo uma exploração invisível.

No segundo capítulo, Han traz o conceito de Infocracia, mostrando como a digitalização rompe percepções consolidadas. Com o aumento das informações, geradas pela tecnologia, há efeitos sociais destrutivos, afetando a política e o processo democrático. A fragmentação do discurso é consequência do excesso de dados, muitas vezes não verificados, o que compromete a capacidade de discernir o que é relevante e mina a esfera pública. Nesse cenário, a produção de *fake news* e a influência inconsciente sobre o comportamento eleitoral se intensificam, transformando, assim, a democracia em Infocracia (HAN, 2022).

Também, destaca-se uma comunicação coagida em razão de um processo em que a conectividade e constante interação afetam a racionalidade. A comunicação, antes orientada pela lógica e pelo debate, passa a ser guiada por afetos e emoções, resultando na chamada "comunicação afetiva". Essa mudança ameaça o pensar racional essencial para a democracia, uma vez que opiniões são formadas e disseminadas com base em reações emocionais e não em argumentos racionais (HAN, 2022).



Assim, a sociedade paliativa emerge, caracterizada pelo desejo de evitar qualquer forma de dor, preferindo a satisfação instantânea. Esse movimento, ao evitar a crítica, reforça a exploração contribuindo para a erosão do discurso crítico racional necessário para uma esfera pública saudável. Dessa forma, “Na campanha eleitoral como guerra de informação, não são os melhores argumentos que prevalecem, mas algoritmos inteligentes. Nessa Infocracia, nessa guerra de informação, não há lugar para discurso” (HAN, 2022, p. 43).

No mesmo sentido, no capítulo “O fim da ação comunicativa”, Han explora o impacto dos “influencers” no molde da opinião pública e influência dos comportamentos na sociedade atual. No passado, se tinha a opinião de acordo com os intelectuais que promoviam debates racionais e críticos, a opinião, assim, era moldada de acordo com a persuasão. Hoje, o que se tem são os “*smartinfluencers*” que com a superficialidade de conteúdos e quantidade massiva de informações, sem um debate efetivo, são capazes de transformar as percepções alheias de modo imperceptível. Dessa maneira, essa influência traz como resultado o enfraquecimento da ação comunicativa genuína, transformando a esfera pública em um espaço dominado por um discurso de entretenimento que favorece o controle sutil e a conformidade, contribuindo assim para a lógica da infocracia. (HAN, 2022)

A racionalidade digital surge com a substituição da lógica discursiva pela lógica dos algoritmos e dos grandes volumes de dados. Han argumenta que, em vez de as decisões políticas serem fruto de debates e deliberações, como ocorre nas democracias tradicionais, no mundo digital elas se baseiam em cálculos algorítmicos. Essa racionalidade, marcada pela rapidez e eficiência na organização social por meio de sistemas de inteligência artificial, exclui o diálogo humano significativo (HAN, 2022, p. 65).

A lógica algorítmica valoriza a eficiência e a otimização do comportamento, ignorando o papel da comunicação humana nas decisões políticas. O paradigma ignora o aprendizado coletivo, uma vez que os algoritmos, por si só, são capazes de se otimizar sem a necessidade da interação humana. Han sugere que a democracia é substituída por uma governança automatizada, que se distancia dos princípios essenciais da democracia participativa, pois nesse novo sistema os algoritmos que lideram o governo (HAN, 2022).

A centralização do poder nas mãos de quem controla as plataformas digitais desestabiliza o ideal democrático de participação igualitária. Assim, a tecnologia se torna um mecanismo de dominação, aumentando as desigualdades sociais (HAN, 2022, p. 78).



Outro ponto de destaque é a discussão acerca da crise da verdade, que ocorre devido a grande onda de informações fragmentadas e descontextualizadas na sociedade digital. No ambiente digital, a informação se propaga rapidamente, mas sem o tempo necessário para ser processada e transformada em conhecimento. Esse fenômeno compromete a democracia, pois a verdade perde seu caráter normativo, sendo substituída pela viralização (HAN, 2022, p. 82).

As redes sociais intensificam esse fenômeno, pois elas não priorizam a veracidade. Notícias falsas e teorias da conspiração prosperam nesse contexto, circulando facilmente sem verificação dos fatos. Han observa que o ambiente digital fragmenta a esfera pública em bolhas de opinião, dificultando o diálogo entre visões distintas e eliminando o espaço necessário para a construção de consensos sociais (HAN, 2022, p. 85).

Os conceitos de isegoria e parrhesia são essenciais para entender a relação entre verdade e democracia. Isegoria representa o direito de todos os cidadãos expressarem suas opiniões livremente, um princípio da igualdade política. A parrhesia, por sua vez, envolve a coragem de falar a verdade, mesmo com riscos pessoais. Michel Foucault associa essa prática à verdadeira democracia, onde a franqueza é um ato político crucial. Sem a parrhesia, a democracia pode se degradar em uma “infocracia”, onde informações falsas minam a coesão social. (adicionei os conceitos pedidos pela Helen) Da uma olhada depois por favor

Han denomina essa nova forma de governança como “Infocracia”, onde a política se transforma em uma guerra de informações, e o que importa não é a verdade, mas a capacidade de manipular as opiniões públicas. As consequências desse processo são a perda da confiança pública nas instituições democráticas e fomentando a polarização social (HAN, 2022).

CONCLUSÃO

Byung-Chul Han apresenta uma crítica incisiva sobre o impacto das tecnologias digitais na democracia. Ele alerta o risco de um futuro em que o espaço de deliberação pública seja substituído por cálculos algorítmicos e onde a verdade seja ofuscada pela circulação de informações fragmentadas e descontextualizadas. Esses processos não só ameaçam a

REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO
ISSN 2675-3156

ANAIS DA VI MOSTRA DE REVIEWS, CASES E INSIGHTS
DO VI SEMINÁRIO DE IA E DIREITO
EDIÇÃO INTERNACIONAL – HÍBRIDO – 2024



participação democrática, mas também comprometem a capacidade da sociedade de construir entendimentos comuns e tomar decisões coletivas com base em princípios compartilhados.

Para enfrentar esses desafios, é imperativo repensar a relação entre tecnologia e democracia, buscando formas de promover o diálogo público e assegurar que a digitalização não enfraqueça os valores democráticos fundamentais.

REFERÊNCIAS

HAN, Byung-Chul. *Infocracia: Digitalização e a crise da verdade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2022.